



## **Governabilidade das migrações internacionais e direitos humanos: o Brasil como país de emigração\***

**Neide Lopes Patarra**

Socióloga-Demógrafa; Professora Livre-Docente da Unicamp, Pesquisadora Titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE)/IBGE.patarra@ibge.gov.br

### **Introdução**

Desde quando se tornou manifesto, há mais de três décadas, o fenômeno da emigração de brasileiros para os países desenvolvidos, vem se constituindo, de maneira crescente, em tema relevante na produção científica, nas discussões políticas, na mídia falada e escrita, no cancionário popular, na literatura de ficção e até em novelas “globais” .

Por outro lado, já na ocasião da publicação dos resultados amostrais do Censo Demográfico de 2000, as séries de informações levantadas pelo Ministério de Relações Exteriores e, principalmente, a turbulência dos primeiros anos do novo milênio, passaram a reforçar a necessidade de reflexão, de realização de balanço do conhecimento e de incorporação de novas evidências empíricas sobre a inserção do Brasil nos movimentos internacionais de população

A crescente importância das migrações internacionais no contexto da globalização tem sido, na verdade, objeto de um número expressivo de contribuições importantes, de caráter teórico e empírico, que atestam para sua diversidade, significados e implicações .

É imprescindível que se considere, hoje, o contexto de luta e compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e efetivação dos Direitos Humanos dos migrantes; é preciso se reconhecer o novo, difícil e conflitivo papel dos Estados Nacionais e das políticas sociais em relação aos processos internacionais e internos de distribuição da população no espaço, cada vez mais desigual e excludente; há que se tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local; há que se considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global.

O Brasil entrou na rota dos grandes fluxos internacionais de população no mundo contemporâneo. Nesse sentido, é extremamente oportuna a realização de um seminário proporcionando um diálogo entre especialistas, governo e representantes de comunidades de brasileiros no exterior para se avançar no

tratamento de questão cada vez mais crucial no evolver de acontecimentos recentes.

Buscando contribuir a esse debate, o texto parte de uma síntese dos movimentos migratórios internacionais de e para o Brasil, passando a seguir a considerar as referências atuais no que se refere à governabilidade internacional das migrações, considerando-se a crescente e importante questão das remessas, as iniciativas nacionais nesse contexto e os desdobramento do panorama contemporâneo da institucionalização internacional do tema.

## 1. Da imigração à emigração

Em sua edição de outubro de 1995, o jornal O Estado de São Paulo anunciava em manchete de primeira página, em letras garrafais: "*Brasil exportou um milhão de migrantes*". (Rabinovich, M. 1995). O autor da matéria estampava em "furo jornalístico" os números que estavam sendo debatidos num seminário em Brasília; tratava-se de um arredondamento de cifras projetadas mediante o uso do Censo Demográfico de 1991 (Carvalho, 1997 e Oliveira et al., 1995); ultrapassar a cifra de um milhão parecia a configuração plena de uma nova questão social.

Estavam presentes nos debates e nas publicações que se seguiram características percebidas a respeito de um fenômeno que, pela primeira vez na história do país, se configurava, ferindo os brios nacionalistas e a imagem de país receptor - **a saída de brasileiros para o exterior**<sup>1</sup>. Delineava-se, também, no conjunto de contribuições, os entendimentos e os significados não só de **saída** de brasileiros como da **entrada** de novos imigrantes.

A partir de então, um número significativo de estudos e pesquisas foram se avolumando permitindo conhecer o fenômeno em sua crescente diversidade e múltiplas características. Numa tentativa de se sintetizar os entendimentos e interpretações pode-se ressaltar alguns pontos como contribuições imprescindíveis para o debate atual:

**1. Os movimentos migratórios internacionais de e para o Brasil** foram percebidos como inseridos na re-estruturação produtiva a nível internacional, onde a crise financeira, o estancamento do processo de desenvolvimento, o excedente de mão de obra crescente, a pobreza, a ausência de perspectiva de mobilidade social, entre outras causas, estariam na raiz da nova questão social.

---

<sup>1</sup> À exceção de estudantes e casos isolados de profissionais de algumas áreas de ponta, a saída de brasileiros só existira durante o regime militar com os refugiados políticos e expulsos do país.

2. Tornou-se claro que a saída de brasileiros para o exterior **não constitui uma inversão de tendência** - de **país de imigração passando a país de emigração**, ou, em outras palavras, que o país teria passado de **receptor a expulsor** de população. O contexto, o significado, os volumes, os fluxos, as redes e outras dimensões importantes, no contexto interno e internacional, passavam a ser completamente distintos do que, sob a mesma rubrica, sucedera no passado; com exceção do caso dos descendentes de japoneses rumo ao Japão, depois de aproximadamente 100 anos de sua chegada ao Brasil, que constitui um caso específico e único.

3. Por outro lado, com exceção do caso dos "brasiguaios", foi se percebendo não serem os mais pobres aqueles que migram; os movimentos, em sua maioria, vão atingindo jovens adultos de camadas médias urbanas.

4. Ao contrário de algumas análises conjunturais que associavam a saída de brasileiros à década perdida (anos 1980) ou à conjuntura do Governo Collor, foi se configurando uma nova questão social como inerente à nova etapa da globalização e que, portanto, a **emigração de brasileiros tinha "vindo para ficar"**.

5. Foi se percebendo que, sob a rubrica *migração internacional* aglutinam-se processos e fenômenos distintos, envolvendo tanto questões fundiárias não resolvidas - no já tradicional caso das migrações Brasil - Paraguai, como percepções e anseios de grupos sociais específicos frente a uma modalidade social truncada no país - no caso do rumo ao Primeiro Mundo, com tarefas de baixa qualificação e manuais, porém melhor remuneradas; percebem-se modalidades de movimentos populacionais emergentes no contexto do capitalismo internacional e da globalização atual - como a configuração do mercado dual da economia, a entrada de pessoal técnico-científico qualificado, situações de fuga de cérebros, etc..

6. Por outro lado, embora de diminuta expressão numérica, a entrada e saída de pessoas do território nacional nunca cessou. Poder-se-ia dizer que o Brasil beneficiou-se da "invasão de cérebros" vindos de países vizinhos, em grande parte dos quais afugentados pelos regimes autoritários dos anos 1970, bem como a entrada de europeus, nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, entre outros, exemplos de pequeno mas intermitente afluxo de estrangeiros. Nas últimas décadas se tornaram expressivas as entradas de migrantes latino americanos - principalmente bolivianos - e também de países africanos - principalmente Angola.

Em síntese, já se percebe, hoje, o delineamento de modalidades distintas e específicas de movimentos, envolvimento de distintos grupos sociais e, como consequência, demandando distinto tratamento na esfera das políticas migratórias,

na esfera das políticas sociais voltadas aos migrantes e, no geral, de ações bilaterais de proteção de seus direitos.

Alem disso percebe-se, hoje, que a emigração internacional contemporânea, principalmente no caso brasileiro, tem tendido a um movimento circular que envolve grande parte dos deslocamentos populacionais nos quais, entre outras dimensões, as redes que se criam propiciam e reforçam a continuidade dos fluxos que vão se estabelecendo.

Finalmente, o panorama atual, com expressiva saída de brasileiros e, em menor escala, entrada de novos imigrantes imprime especificidades ao caso brasileiro, o qual, além de não se constituir como um **país de emigrantes** também não configura uma **diáspora**, se por diáspora entendemos situações econômicas, culturais, políticas ou religiosas tão graves que acabam por expulsar, em condições extremas, contingentes expressivos de sua população nativa.

## 1.2 Modalidades de fluxos

Os estudos iniciais sobre a problemática da emigração de brasileiros logo evidenciavam a configuração de quatro modalidades de fluxos, com perfis, características, grupos envolvidos e implicações distintas: o movimento rumo aos Estados Unidos, o movimento rumo à Europa, o movimento rumo ao Japão e a continuação do anterior movimento de população rumo ao Paraguai.

Desde o início do movimento de brasileiros rumo ao Primeiro Mundo<sup>2</sup> os Estados Unidos se configuram como o país de maior atração; este tem sido o destino de um expressivo volume de brasileiros, em sua maioria jovens e pertencentes à classe média, que entram clandestinamente no país e se ocupam em trabalhos não qualificados que, ao contrário do que aconteceria em seus países de origem, propiciam-lhes um orçamento maior e a possibilidade de formar uma certa poupança.

Ocorre que possuindo um perfil diferenciado dos demais migrantes clandestinos (Martes, ACB.2000), os brasileiros encontram espaços para assumir trabalhos secundários tais como balconistas, garçons, serviços domésticos e afins, trabalhos estes que são rejeitados pelos brancos e muitas vezes não acessíveis aos negros. Outro aspecto desse fenômeno é que de fato esses migrantes se sujeitam

---

<sup>2</sup> O objetivo aqui é simplesmente fornecer uma visão de conjunto dos movimentos emigratórios e da consolidação de fluxo a fim de se perceber a diversidade de situações e características desses movimentos. As situações específicas de países ou regiões será discutida a partir de outros textos deste Seminário. No caso dos Estados Unidos são valiosas as contribuições de Tereza Sales, realizadas mediante vários momentos de pesquisa local. Ainda é válida a consulta às duas coletâneas elaboradas nos anos 1990 relacionadas ao final na bibliografia.

a um rebaixamento de seu status social em prol da recompensa financeira imediata, uma vez que, no Brasil, a falta de oportunidade de emprego e o longo período de recessão econômica estavam bloqueando sua ascensão social. Assim a imigração torna-se uma boa estratégia econômica, onde redes de relações são formadas e fortalecidas e fomentam ainda mais o fluxo migratório.

Embora já tenha passado o momento da “explosão” de migrantes brasileiros atravessando as fronteiras do México, há que se registrar os mecanismos adotados e as conseqüências dos procedimentos e do papel dos atravessadores nesse fluxo episódico. Mediante a compra do “pacote”, em condições arriscadas e muitas vezes violentas, os jovens eram levados a uma travessia rumo ao país de suas sonhos, onde, uma vez cruzada a fronteira, não seriam presos e com “jeitinho” acabariam ficando por lá e amealhando os dólares para investir no Brasil. A imprensa noticiou amplamente os fracassos da iniciativa e o retorno, em condições precaríssimas, de parte expressiva desse contingente, com anteriores prisões e processos de expulsão e repatriamento.

No caso da emigração brasileira para a Europa esta se deve, em grande parte, a fatores históricos e culturais decorrentes do próprio processo migratório brasileiro que até pouco tempo atrás se caracterizava como receptor de população, no qual predominavam os fluxos provenientes de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, entre outros. De um modo geral, o perfil dos emigrantes que se dirigem à Europa assemelha-se ao dos que se dirigem aos Estados Unidos, embora, neste caso, parece que traços culturais constituem dimensão importante na decisão de migrar. A isso se soma, em quantidade difícil de mensurar, a emigração de mulheres que para lá se dirigem muitas vezes iludidas, em busca de sua inserção em atividades de lazer, ou entrando na prostituição; atividades domésticas são também um possível atrativo, sendo que a crescente saída dos jogadores de futebol, embora quantitativamente menos representativo, também tem sua dimensão simbólica (Patarra, N.L. e Baeninger, R. 2001).

Outro fluxo de emigrantes com características históricas decorrentes do processo migratório do início do século XX é o de trabalhadores brasileiros descendentes de imigrantes japoneses em direção ao Japão (Sasaki, 1998). Nesse caso ocorre a fusão dos aspectos principais dos fluxos anteriores: embora sempre movidos por estratégias econômicas, os traços culturais e étnicos, bem como a rede de parentesco são componentes decisivos na configuração e dinâmica do fluxo migratório. (Patarra, N.L. e Baeninger, R. 2001).

O país que tem permanecido como o segundo na hierarquia de recebedores constitui uma modalidade completamente distinta dos mencionados fluxos rumo ao Primeiro Mundo; os movimentos recentes das correntes migratórias que transitaram e ainda transitam na divisa entre o Brasil e o Paraguai estão intrinsecamente relacionados à constituição da fronteira entre esses dois países, principalmente no que diz respeito às suas fronteiras agrícolas; historicamente

essa fronteira foi marcada por uma série de lutas e batalhas abrangendo não só os estados nacionais como também as populações locais e as grandes empresas comerciais. Em períodos recentes a construção de hidroelétrica, a extensão urbana de imigração de brasileiros no Paraguai e a extensão do contrabando e narcotráfico consolidaram a configuração de uma área de conflitos mas também de estruturação dos traslados entre as populações dos dois países, onde certa troca e retorno de brasileiros apenas evidencia a dinâmica iniciada principalmente nos anos 1960 <sup>3</sup>. Estamos acompanhando, no momento, o acirramento desses conflitos com a mudança recente de governo e, em conseqüência, mudança na política agrária e na política migratória do Paraguai.

## **2. Políticas migratórias e políticas sociais no trato com migrantes internacionais**

A discussão sobre governabilidade das migrações internacionais, sua regulação e os contornos que devem assumir os acordos - bilaterais, multilaterais ou regionais - para o delineamento e implementação de políticas específicas, no momento atual, vem se desenvolvendo, de maneira intensa, em torno de duas questões centrais: a questão das **remessas** e a questão dos **direitos humanos**, sempre evidenciando a tensão entre o conceito de **soberania nacional dos estados nação** do mundo moderno e a busca do **direito de livre circulação de pessoas**, âncora de movimentos sociais onde o processo de globalização pressupõe a livre circulação de bens, de mercadorias e de informação.

É interessante se considerar que já sob a égide da Conferência sobre Direitos Humanos (Viena 1993), o tratamento dos migrantes internacionais circunscreve-se no âmbito da articulação entre **soberania nacional, democracia, direitos humanos e direitos ao desenvolvimento**.

### **2.1 A Conferência do Cairo**

Pode-se reconhecer a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994 no Cairo, na seqüência de Conferências da ONU anos 90, como referência inicial aos acordos entre as nações frente aos crescentes movimentos internacionais atuais; no capítulo X de seu Programa de Ação é apresentada a questão das migrações internacionais<sup>4</sup>, onde explicitam-se

---

<sup>3</sup> O caso dos movimentos populacionais entre Brasil e Paraguai tem sido amplamente estudado; entre outros estudos, veja-se Palau, T (1995,1996 e 1997) e Sprandel, M.A (1992 e 1998)

<sup>4</sup> No âmbito das negociações que cercaram a Conferência e que se encaminharam para o Relatório Final a ênfase principal estava sendo focada nas questões relacionadas à saúde reprodutiva e seus desdobramentos temáticos; no entanto, a questão das migrações internacionais geraram sempre fortes tensões entre os representantes dos países de origem e os representantes dos países receptores, em grande parte identificados com movimentos internacionais de países pobres para

as recomendações aos países para o delineamento de programas e ações na tentativa de minimizar os conflitos entre países receptores e países expulsos, identificados, nesse âmbito, com países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Na formulação da problemática, o documento considera as migrações internacionais contemporâneas inter-relacionadas ao processo de desenvolvimento, destacando a pobreza e a degradação ambiental, aliadas à ausência de paz e segurança e às situações de violações de direitos humanos como dimensões decisivas ao Plano de Ação.

O documento ressalta os efeitos positivos que pode assumir a migração internacional tanto para as áreas de destino como para as áreas de origem; para tanto se incita os Governos a analisarem as causas da migração, tentando transformar a permanência num determinado país numa opção viável para todos.

No que se refere às remessas, preconiza-se seu incentivo mediante políticas econômicas e condições bancárias adequadas. Incentiva-se, por outro lado, a **migração temporária** e o reforço do regresso voluntário de migrantes, bem como enfatiza-se a necessidade de dados e informações adequadas.

O documento considera três tipos de migrantes internacionais: **migrantes documentados**, **migrantes não documentados**, e **refugiados/asilados**. No que se refere aos migrantes com documentação, os Governos dos países receptores devem considerar a possibilidade de lhes conceder, bem como aos membros de suas famílias, um tratamento regular igual ao concedido aos seus próprios nacionais no que diz respeito aos direitos humanos básicos.

No que se refere aos migrantes não documentados, recomenda-se a implementação de ações que visem reduzir seu número, evitar exploração e proteger seus direitos humanos básicos; prevenir o tráfico internacional com migrantes e protegê-los contra o racismo, o etnocentrismo e a xenofobia.

Finalmente, apela-se aos Governos que tomem medidas apropriadas em relação à resolução de conflitos, promoção da paz, e reconciliação, respeito aos direitos humanos e pela independência, integridade territorial e soberania dos Estados; aumentar seu apoio às atividades internacionais destinadas a proteger e a apoiar refugiados e migrantes. Os refugiados devem se beneficiar do acesso a

---

países ricos. O Relatório, neste capítulo, reflete essas tensões, caracterizando-se por ambivalências, contradições e inexequibilidades. Apesar disso, constitui-se, como todos os relatórios das Conferências da ONU, num referencial básico para discussões de ações e políticas no plano internacional bem como norteador de financiamentos para pesquisa e, muitas vezes, ação.

alojamento adequado, educação, serviços de saúde incluindo planejamento familiar e outros serviços sociais necessários.

## 2.2 O Relatório da GCIM

Mais recentemente, o debate vem se desenvolvendo, de maneira intensa, como desdobramentos de duas publicações de organismos internacionais que se tornaram peças de referência, pauta de recomendações e se propõem como guias de ações para os governos, particularmente daqueles que são os maiores exportadores de mão de obra para os países desenvolvidos. São eles: o Relatório da Comissão Global sobre Migração Internacional das Nações Unidas (GCIM, 2005), e o relatório anual do Banco Mundial intitulado *Economic Implications of Remittances and Migrations* (2005).

Divulgados simultaneamente em 2006, esses dois documentos buscam pautar e orientar as ações e programas de países no sentido da governança das migrações internacionais na linha do reforço aos considerados *aspectos positivos* desses movimentos; suas recomendações acabam por configurar os dois eixos norteadores do debate atual: **políticas migratórias ancoradas em Direitos Humanos e remessas dos emigrados como instrumento de combate à pobreza dos países de origem.**

O relatório da *Global Commission on International Migration* enfatiza a necessidade de formulação de **políticas migratórias coerentes**, embora não esteja totalmente claro o que se entende por isso; considera, ademais, a importância de consultas e cooperações como a base para a formulação e implementação de políticas, reconhecendo o peso da questão da soberania nacional, dimensão tradicionalmente forte nas barreiras que se levantam à livre circulação de pessoas. Talvez por isso mesmo a Comissão acabe por admitir que não pode haver um único modelo de ação e que não há, no presente, consenso no que se refere à introdução de um sistema global formal de governança para a migração internacional, sendo necessário o estabelecimento de novos instrumentos legais e agências internacionais para tal fim.

Por outro lado, o documento faz recair sobre os indivíduos migrantes a responsabilidade pela promoção do desenvolvimento e redução da pobreza nos países de origem. Os seis princípios para ação, apresentados no Relatório, colecionam um conjunto de formulações desejáveis porém de difícil viabilização; por exemplo, almeja-se que a mudança de país resulte de uma escolha individual ou familiar e não da decorrência de fatores negativos nas áreas de origem; mas para tanto, claro, os países deveriam se desenvolver – daí a emergência de um círculo vicioso.

De acordo com seus princípios, ademais, a migração internacional deve tornar-se parte integrante de estratégias nacionais, regionais e global de

crescimento econômico, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Embora afirmando respeito ao direito soberano de cada país sobre quem entra e quem sai de seu território, estimula medidas de cooperação e proteção de migrantes irregulares, facilitando o retorno de seus cidadãos.

Se, de um lado, devemos admitir que o Relatório possa representar avanços no tratamento com os migrantes internacionais e abrir brechas para a militância dos agentes envolvidos, por outro lado há que se ressaltar os limites e inviabilidades contidas nas propostas. Algumas colocações representam um abismo entre as condições concretas de migração internacional, na contradição da nova ordem internacional, onde, além das grandes disparidades econômicas e culturais entre os países catalogados como países não desenvolvidos ou em desenvolvimento, o capital financeiro e a livre circulação de bens e serviços implicam na formação crescente de excedentes populacionais internacionais, conflitos entre mão de obra nativa e estrangeira e a formação de uma mercado dual de trabalho.

### **2.3 O Relatório do Banco Mundial**

O documento do Banco Mundial, centra-se na questão das remessas dos migrantes de países pobres a países ricos como o aspecto fundamental na governabilidade das migrações internacionais e reforçando a idéia de que essas remessas contribuem para o combate a pobreza nos países de origem.

O Relatório enfoca a questão das remessas; a migração de trabalhadores especializados; os determinantes das migrações; proteção social e governança e as articulações entre comércio, investimento estrangeiro direto e migração, bem como, e principalmente, políticas para incrementar o impacto das remessas no desenvolvimento, concluindo com a afirmação de que a migração, comparada com os fluxos históricos de países da Europa e Ásia para as Américas, ao final do século XIX e início do XX, também hoje podem constituir uma força importante no combate à pobreza: *Migration remains an important force for fighting poverty, the key mission of the World Bank*" (p.vi)

No conjunto essas transferências financeiras são vistas, no Relatório, como a contribuição, via migrantes temporários, dos países receptores, ricos, aos países de origem, pobres, o que imprime às políticas migratórias o caráter de políticas assistenciais.

Na verdade, trata-se de colocações precedidas por reuniões de vários organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento como BID, FMI, OECD, Banco Mundial, UNCTAD, entre outros. As remessas são consideradas como instrumento que poderia contribuir à redução da pobreza e ao desenvolvimento dos países de origem da migração internacional; em geral enfatizam o efeito de

bem estar da famílias e a criação de pequenos negócios que poderiam impulsionar o desenvolvimento de comunidades de origem.

Aponta-se que a magnitude e tendências das remessas estão tendendo a representar uma das principais rubricas de transferências correntes na balança de pagamentos de muitos países em desenvolvimento ou de recente industrialização, constituindo uma verdadeira injeção de recursos econômicos em setores específicos de economias regionais y locais; dessa maneira, os volumes . que vem alcançando as remessas nos anos recentes tem despertado um grande interesse político e social por seus potenciais benefícios como fonte de financiamento do desenvolvimento local e regional.

Ressalta, nesse sentido, os benefícios das remessas em dois sentidos: 1) por seu papel como potenciadoras do desenvolvimento econômico, tanto diretamente através do financiamento de projetos produtivos e infra-estrutura social, como indiretamente através dos efeitos multiplicadores do gasto que elas financiam ; 2) por seu papel na redução dos níveis de pobreza e desigualdade social que caracterizam as sociedades em vias de desenvolvimento.

Na verdade, parece ser que se está esboçando um novo paradigma de desenvolvimento - o Fórum Social assim o coloca explicitamente - no qual a migração e as remessas assumiriam um papel preponderante substituindo o papel que nos paradigmas anteriores era atribuído ao Estado e ao próprio mercado; as remessas, como capital econômico, junto a outros capitais sociais - redes familiares, trabalho familiar e comunitário, organizações de migrantes, entre outros - constituiriam recursos privilegiados para as comunidades, os quais, se bem administrados, poderiam contribuir para superar as condições de vulnerabilidade social e precariedade econômica, mesmo em condições de retorno de emigrados. Em outras palavras, poderiam ter êxito em situações onde tanto as políticas de estado como a ação do mercado estejam fracassando sistematicamente.

O montante, o crescimento e sua participação nos PIBs de vários países são eloqüentes; considerando-se o caso da América latina, verifica-se que as remessas , em anos recentes, chegam a constituir o triplo do montante da ajuda oficial ao desenvolvimento de países com baixos ingressos. O dinheiro enviado aos países de origem aumentou de US 102 bilhões de dólares em 1995 a 232 bilhões dez anos depois, em 2005. A porcentagem de remessas que se dirige a países em desenvolvimento aumentou em 57% (58 bilhões) em 1995 a 72% em 2005 (167 bilhões).

Os números apresentados são eloqüentes e tem sido amplamente divulgados na imprensa: os migrantes enviaram oficialmente mais de US\$ 167 bilhões de dólares para suas famílias nos países em desenvolvimento, em 2004; os

latino-americanos enviaram 55 bilhões, sendo que se destaca o México, com aproximadamente 17 bilhões, em segundo lugar o Brasil, com 5.6 , Colômbia com 3.8 ; Haiti conforma com as remessas (1 bilhão) 25% de seu PIB. Os dados evidenciam as enormes disparidades entre os países de origem quanto a seu tamanho e suas condições econômicas, sociais e culturais o que, portanto, resulta em efeitos muito distintos das remessas; não se pode negar que países pequenos da América Central e Caribe acabem por depender decisivamente da transferência financeira de seus emigrados; são justamente os países onde a chamada fuga de cérebros também constitui um dos aspectos negativos dessa emigração; o México configura um caso singular, com sua histórica migração trans-fronteiriça, predominantemente de origem rural e a enorme cifra atingida pelas remessas.

O mapa abaixo, extraído de Canales (2006) ilustra claramente a importância relativa das remessas na vida econômica dos países da América Latina.

**América Latina, 2004.  
Remesas como proporción del PIB de cada país.**



Fuente: Estimaciones propias con base en datos de FMI, 2005, *International Statistics Financial*.

## 2.4 O debate sobre remessas

As proposições apresentadas no Relatório do Banco Mundial sobre remessas de migrantes internacionais nos foros internacionais tem sido amplamente discutidas e fortemente criticadas. Para Mármore (2005) no conjunto, essas transferências financeiras podem imprimir às políticas migratórias o caráter de políticas assistenciais. Além disso, no cômputo dessas remessas não se está considerando o outro lado da balança – ou seja, o que foi investido nos países de origem de seus cidadãos que se dirigem aos países ricos, nem a contribuição que os mesmos realizam nos países de destino, no tempo em que lá exercem suas atividades econômicas, freqüentemente com remuneração baixa e aquém dos nativos que ademais, desprezam ocupações de pouco prestígio.

Em sua análise sobre os determinantes das remessas, Canales (2006) conclui que, em termos macro econômicos, sua dinâmica e seu comportamento não correspondem ao de um fundo de poupança ou investimento, mas sim a um tipo de rendimento familiar o qual, sob a forma de transferências familiares, contribui a compensar os efeitos negativos de desvalorizações constantes da moeda, a perda de poder aquisitivo dos salários e a perda de competitividade de economias provocados pelas crises recorrentes e os ciclos recessivos das economias latino-americanas.

Nessas condições, aponta o Autor, os dados permitem afirmar que mesmo como fundo de compensação, o impacto das remessas no combate à pobreza é muito limitado e muito inferior ao que se sugere nos diversos foros internacionais. De fato, na América Latina, as remessas praticamente não tem nenhum efeito na redução dos níveis de pobreza prevalentes em cada país.

O que não está claro é em que medida as remessas constituem um aporte para o desenvolvimento econômico das sociedades ou se o seu papel é apenas uma paliativo conjuntural das condições de pobreza ou indigência garantindo sua persistência a longo prazo. Nesta última linha de pensamento surgem outras indagações sobre o efeito desalentador das remessas sobre o desenvolvimento local na medida em que a emigração se constitui no principal objetivo das famílias dos migrantes que permanecem na área de origem. Além disso, e ainda em termos econômicos, há que se pensar sobre o custo, para os países de origem, da reprodução biológica e da capacitação daqueles que emigram, em especial quando são mão de obra qualificada (Mármore, 2006).

O caso brasileiro, nesse sentido, parece ser peculiar e tem merecido vários estudos específicos. Talvez pelo tamanho do país, pela origem predominantemente urbana dos fluxos com direção aos países desenvolvidos, pelo maior índice de retorno e pela circularidade dos movimentos, o efeito dessas remessas assumam características distintas. Não se pode pensar que as remessas estejam resolvendo a questão da indigência ou da pobreza mais aguda; no entanto, parece ser que é

bem maior a parcela das mesmas voltada à aquisição de casa própria ou investimentos em pequenos negócios. As remessas, que vem crescendo desde os anos 1990, se tornam mais expressivas nos últimos anos, provocando iniciativas oficiais para sua captação nos principais centros de concentração de brasileiros no exterior.

Enquanto isso, e de um modo geral, aumenta desproporcionalmente o volume de migração irregular ou clandestina bem como a situação de vulnerabilidade de crescente volume de migrantes; os traslados realizam-se com o recurso de atravessadores de plantão que a transformam num “negócio de ocasião”; recrudescem reações de xenofobia, intolerância, discriminação e conflito. Ademais, os atores - que não falam nos Relatórios - estão, cada vez mais, falando em manifestações públicas e reivindicações de movimentos sociais. Parece ser inevitável, no encaminhamento de propostas de governabilidade das migrações internacionais, tomar em conta a voz dos atores envolvidos – e essa voz, de maneira nítida e irreversível, se faz presente nos crescentes e fortes movimentos sociais.

Além disso, a percepção do imigrante como competidor desleal no mercado de trabalho, como potencial delinqüente (e, nos últimos anos, como potencial terrorista) ou como uma carga pesada para os sistemas de benefício social, é compartilhada por proporções cada vez maiores das populações dos países de recepção. Essa situação se reflete nas políticas restritivas e negativas por parte dos países receptores e de blocos econômicos, como o que estamos agora assistindo no momento com a União Européia.

Nesse contexto, há que se considerar se os dois eixos norteadores dos acordos para o delineamento de políticas migratórias internacionais tendentes a privilegiar a migração temporária e o retorno - **remessas e Direitos Humanos** - poderão representar um avanço na governabilidade dos movimentos internacionais e no interesse dos grupos sociais envolvidos; parece difícil que por aí se avance no sentido da “livre circulação” de pessoas no mundo globalizado, onde os capitais, a tecnologia e os bens se movem livremente.

### **3. Novos delineamentos de políticas**

#### **3.1 O lado institucional**

Há que se reconhecer que, nos últimos anos, está se processando mudanças no delineamento de políticas voltadas à temática das migrações internacionais. Tradicionalmente as políticas eram definidas, no plano nacional, mais pelas perspectivas particulares de seus executores do que pela contribuição do conhecimento objetivo sobre o tema. Vem ocorrendo, pode-se dizer que em

resposta aos movimentos sociais organizados, um aumento da participação dos atores sociais em torno da construção de políticas migratórias. A passagem das políticas de decisão única dos governos para políticas de Estado e, inclusive, da sociedade em seu conjunto, responde a uma maior participação de distintas áreas do Governo, da Academia e da sociedade civil.

Nesse sentido, nos anos 90, como já se mencionou, considerando o recrudescimento de posições xenófobas frente aos imigrantes estrangeiros, muitos estudos evidenciaram a falácia das afirmações que apresentam o migrante como uma ameaça à segurança, uma competitividade desleal nos mercados de trabalho e uma carga adicional aos serviços de saúde e educação. O resultado desses estudos se incorporou ativamente ao debate gerado em torno dos efeitos das migrações e permitiu a legisladores, agentes da sociedade civil, funcionários públicos e comunicadores sociais rebater os argumentos em voga.

Buscou-se contrapor o reaparecimento, nos países receptores, da doutrina de segurança nacional, vinculada à imagem do migrante como um possível terrorista, o que impactou as políticas migratórias no mundo todo. A anterior ilusão de um crescente multilateralismo de abertura se congelou frente a uma tendência de um maior controle e restrição.

Por outro lado, algumas iniciativas de organismos internacionais e/ou regionais vem se encaminhando para uma flexibilização e uma busca de um entendimento entre países expulsos e recebedores a fim de fazer frente aos conflitos crescentes e às demandas cada vez mais organizada dos movimentos sociais.

Em junho de 2001, o governo suíço iniciou a chamada iniciativa Berne, um processo de consulta pelos Estados-parte com o objetivo de trabalhar na direção de uma melhor gestão das migrações no nível nacional, regional e global. Mais especificamente procurou-se, neste caso, identificar modos de ação num conjunto de entendimentos sobre políticas e práticas governamentais que resultariam em reforço de cooperação entre países de origem, trânsito e destino.

Por outro lado, depois de muitas manifestações, conflitos e reivindicações, além do reconhecimento de Kofi Annan da necessidade de se acordar sobre a questão da governabilidade das migrações internacionais, a ONU assumiu para si e dinamizou ações no sentido diagnosticado. Depois de intensos preparativos, em setembro de 2006 realizou-se, por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Diálogo de Alto Nível sobre Migração Internacional e Desenvolvimento. Naquela ocasião mais de 140 estados-membros discutiram as implicações globais da migração internacional e a mútua interação benéfica entre migração e desenvolvimento. O Diálogo tornou explícita a estreita relação das políticas de desenvolvimento com políticas migratórias e reafirmou como a boa governança

pode contribuir ao desenvolvimento e como as políticas de desenvolvimento podem impactar a migração.

Como resultado dessas discussões, um grande número de estados membros expressaram seu interesse em continuar o diálogo por meio de um fórum global informal, voluntário e liderado pelos estados. A Bélgica tomou a iniciativa de organizar o primeiro encontro que realizou-se em Bruxelas de 9 a 11 de julho de 2007 , envolvendo atores da sociedade civil e a discussão com representantes de estado.

Os temas desenvolvidos versaram sobre o desenvolvimento de capital humano e mobilidade laboral; remessas e outros recursos da diáspora; fortalecimento institucional de políticas coerentes e promoção de parcerias. É interessante assinalar que já em sua apresentação, o Fórum assume a posição de que o desenvolvimento não deve ser instrumentalizado para propósitos de tratamento das migrações e pretende evitar que a migração seja vista como **uma alternativa ao desenvolvimento** , ou a única opção para o desenvolvimento.

No que se refere às recomendações, o encontro de Bruxelas afirma ter criado um novo paradigma para o debate sobre desenvolvimento e migração na medida em que os estados podem entender melhor como as políticas migratórias podem contribuir ao desenvolvimento e fortalecer as metas do milênio – reforça-se assim que o desenvolvimento tornou-se o centro do debate sobre migrações.

Ao que parece, o encontro buscou favorecer uma proposta que coloca as migrações, com suas causas, no centro das políticas de desenvolvimento dos países exportadores, forçando o olhar para as causas estruturais e fatores de expulsão; interessante se considerar, neste contexto, que **a não migração** também poder ser considerada **como um direito**, o que requer um esforço adicional dessas sociedades para o seu desenvolvimento. Os governos concordaram em que a migração não pode se transformar numa alternativa para o desenvolvimento nacional nos países desenvolvidos.

### **3.2 Os movimentos sociais**

Os movimentos sociais e a organização da sociedade civil organizada em torno da problemática dos migrantes internacionais tem sido crescente e cada vez mais expressiva, recrudescendo a situação internacional conflitiva na questão da governabilidade dos movimentos e fluxos de pessoas no mundo contemporâneo, de países pobres, em sucessivas crises financeiras, fortes situações de carências, desemprego, muitas vezes acirradas por conflitos políticos e religiosos que constituem a diáspora contemporânea

Esse encaminhamento se expressa com clareza no I Fórum Global de Migrações Internacionais realizado em Porto Alegre em 2005 e se rebete no II

Forum, realizado em Vacia-Madrid em 2006. Nesse contexto foi elaborada a **Carta Mundial de Migrantes**, submetida a vários foros regionais e nacionais e encaminhada oficialmente às Nações Unidas. É interessante observar que o fundamento jurídico internacional de tal proposição encontra-se na própria Declaração Universal de Direitos Humanos que, neste ano, está completando seus sessenta anos de existência. Além disso, ancora-se no conceito ético- filosófico-religiosos de **cidadania universal**<sup>5</sup>.

Uma das recomendações e reivindicações mais fortes derivada dessa formulação é que os países ratifiquem a **Convenção Internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e de seus familiares**, aprovada pela Assembleia das ONU já em 1990.

Essa linha de reivindicações amplia e insere o conjunto de reivindicações que vinham sucessivamente sido apresentadas desde o início dos atuais e desiguais fluxos de migrantes de países pobres a países ricos. A grande questão são os migrantes não documentados, uma vez que documentos oficiais internacionais se voltam mais à proteção dos migrantes documentados, principalmente temporários<sup>6</sup>. O “slogan” que passou a ser palavra chave da situação: “Necessários mas Excluídos”.

Há que se considerar, no entanto, que já desde o Relatório da Conferência do Cairo, passando pelo Relatório da GCIM, é preconizado o acesso dos migrantes a serviços públicos – particularmente saúde e educação – a todos os migrantes e seus familiares, independentemente de sua situação legal.

#### **4. Políticas de migração internacional no Brasil – algumas considerações**

São várias e crescentes, no Brasil, as atividades voltadas ao enfrentamento da difícil e desafiante questão das migrações internacionais contemporâneas, quer seja no que se refere a políticas voltadas ao tratamento dos imigrantes recentes, quer seja no que se refere ao tratamento com os brasileiros no exterior.

O Ministério do Trabalho sedia o Conselho Nacional de Migração que, reestruturado, vem lidando com a questão dos imigrantes recentes, inclusive com a questão da reformulação do Estatuto do Estrangeiro. Além disso, esse Conselho

---

<sup>5</sup> O conceito de cidadania universal como estruturante dos direitos dos migrantes internacionais foi amplamente difundido, no Brasil, com propagação nos dois Foros mencionados, por Dom Demetrio Valentini. O conceito de cidadania comunitária foi utilizado nos debates da União Européia e, também, no caso dos movimentos migratórios no Mercosul, com algum efeito positivo na circulação de pessoas e na sua inserção jurídica entre os países membros.

<sup>6</sup> É interessante apontar a força da negação da palavra “ilegais” com referência a esses migrantes, tanto nos dois foros mencionados como em tantas outras manifestações e encontros.

CNI abre-se, agora, também para a questão da emigração, elaborando a cartilha de orientação aos que desejam emigrar.

O Ministério de Relações Exteriores vem desenvolvendo ações sistemáticas de apoio consular aos brasileiros que vivem no exterior no que se refere à atualização de documentos, abertura dos consulados para a comunidade migrante, estímulo à formação de conselhos consulares com participação de cidadãos e cidadãs brasileiras que vivem fora do país. (CNPD, 1999). Já em 2002 apresenta-se um prenúncio de formulação explícita de políticas públicas para a emigração no documento produzido no I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior, do qual resultou o chamado Documento de Lisboa<sup>7</sup>.

É interessante considerar a lista de propostas finais aprovadas nesse Encontro, que inclui os elementos para a formulação de políticas públicas para a emigração, representação política para os emigrantes brasileiros, elaboração do estatuto dos brasileiros no exterior, situação de consulados e embaixadas brasileiras, incluindo apoio ao repatriamento, recadastramento eleitoral, reforço dos consulados itinerantes e assessoria jurídica a emigrantes.<sup>8</sup>

No entanto, há que se registrar um viés econômico no trato com os emigrados; na Introdução do Documento, avaliando-se entre 2 a 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior, já menciona-se a questão das **remessas**, tema, como vimos, crescentemente discutido nos fóruns e debates a respeito dos grandes movimentos migratórios internacionais contemporâneos. Neste caso, a questão das remessas é colocada como ponto de partida e sua justificativa se garante, em primeiro lugar, em nome da **economia brasileira** e, em segundo lugar, do **ponto de vista social**, pois considera-se que

*Do ponto de vista da economia brasileira[...] a emigração é responsável pela remessa unilateral de cerca de dois bilhões de dólares anuais para o Brasil, contribuindo significativamente para diminuir o desequilíbrio da balança de pagamentos e, do ponto de vista social, para inclusão no mercado consumidor das famílias beneficiadas por essas remessas (grifos da autora)*

---

<sup>7</sup> O encontro foi promovido pela Procuradoria Regional dos Direitos dos Cidadãos do Distrito Federal- MPF, com o apoio organizacional da Casa do Brasil de Lisboa e a colaboração da Cáritas Portuguesa, da Cáritas Brasileira, da Obra Católica Portuguesa de Migrações e da Pastoral dos Brasileiros no Exterior da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sob o patrocínio do Banco do Brasil.

<sup>8</sup> Há que se registrar que no já mencionado levantamento consular do Itamaraty no ano de 2003, pela primeira vez, registra-se a situação regular e irregular dos brasileiros no exterior bem como os detentos nos respectivos países.

As autoridades vêm gradativamente se manifestando mais abertamente sobre o interesse desse montante de divisas para a economia nacional; percebe-se que o Brasil entrou no rol dos países com altos índices de remessas, estimada em US\$5,8 bilhões no ano de 2003<sup>9</sup>. Destes últimos 5 bilhões que entraram no Brasil em 2003, o Japão é responsável por 3 bilhões, os USA por 1 bilhão e a Europa por 1 bilhão, sendo que a metade desse volume vem de Portugal; esse montante representa 7% das exportações brasileiras, que somaram 73 milhões em 2003 e é maior do que qualquer produto de exportação. Nesse último ano as remessas são superiores às exportações de soja (4,29 bilhões) e bem superior a produtos tradicionais como o café (1,3 bilhões) e calçados (1,62 bilhões) (Rossi, P.L., 2005); ou seja, como já havia constatado Klagsbrunn (1996), o emigrante continua sendo o maior produto de exportação do Brasil.

Outra dimensão que vem surgindo com ímpeto é a questão do acesso dos imigrantes não documentados e seus familiares aos serviços públicos no país; sabe-se que, no Brasil, o acesso a esses serviços públicos é de competência de cada Estado; sendo assim, crianças e adolescentes estrangeiros ou filhos de estrangeiros em situação ilegal nem sempre conseguem lugar em escolas públicas. No I Fórum Social das Migrações, discutia-se o acesso desses migrantes às políticas universalistas – saúde e educação – constatando-se que é apenas o SUS o Programa que, por sua regulamentação universalista, possui o respaldo de atendimento a todos. .

De um modo geral, as manifestações e ações da sociedade civil de proteção, apoio e reivindicações dos migrantes internacionais no Brasil tem se articulado, de maneira intensa e expressiva, no plano latino-americano – não apenas no âmbito do Mercosul. As instituições mais voltadas a essa tarefa tem sido o Serviço Pastoral do Migrante (SPM) criado em 1985 no âmbito da CNBB, o Centro de Estudos Migratórios, entre outras de menor expressão. O SPM foi organizador e co-organizador, entre várias conferências, seminários, organização de movimentos como o Dia Internacional de Migrante no Brasil, dos dois Foros Globais de Migrações Internacionais mencionados acima.

É nesse sentido que este espaço de discussão e diálogo com as comunidades de brasileiros no exterior pode representar um avanço no tratamento de uma problemática emergente que demanda análise, entendimento e monitoramento. É uma oportunidade de reflexão sobre fortalecimento, reformulação e ampliação de políticas e ações frente à nova realidade de movimentos migratórios de e para o país, possivelmente em alguns casos

---

<sup>9</sup> De acordo com os dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as remessas para o Brasil aumentaram significativamente somando 2,6 bilhões em 2001, 4,6 bilhões em 2002 e 5,2 bilhões em 2003. Saltando para 2005, fala-se em aproximadamente 6 bilhões e, para 2007, já 7 bilhões de dólares os totais de transferências diretas e estimativas de envios indiretos.

alterando seus pressupostos, tomando em conta as especificidades dos fluxos e dos grupos sociais envolvidos, defendendo os indivíduos de atravessadores, ampliando seu escopo para dar conta dos direitos humanos dos migrantes e suas famílias e não esquecendo a reciprocidade com os contingentes de pessoas que crescentemente adentram o país.

O desafio consiste em transformar os compromissos assumidos internacionalmente em programas e práticas sociais condizentes com a articulação proposta, síntese das contradições, conflitos e antagonismos intensificados neste início século.

A migração internacional, contrapartida populacional desse contexto globalizado, representa hoje a transformação da herança alvissareira do país de imigrantes do século XX num grande desafio para país também de emigração do século XXI .

## **Bibliografia**

BANCO MUNDIAL (2005) *Economic Implications of Remittances and Migrations* (2005)

Carvalho, Jose Alberto Magno de (1996) O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80. In: Patarra, N.L. (coord). *Migrações Internacionais – Herança XX, Agenda XXI*. São Paulo, FNUAP.

Carvalho, Jose Alberto Magno de et all.(2001). Estimativa dos saldos migratórios internacionais e do número de emigrantes internacionais das grandes regiões do Brasil - 1986/1991 e 1991/1996. In CNPD. *Imigrações Internacionais. Contribuições para políticas*. Brasília.

Castro, Mary (2001) Migrações Internacionais e Políticas: algumas experiências internacionais. In: CNPD. *Migrações Internacionais- Contribuições para Políticas*. Brasília.

Castro, Mary G.(2004). Estranhamentos e Identidade: direitos humanos, cidadania e sujeito migrante – Representações em texto diversos. Anais. 28º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo.

CELADE/CEPAL/UNFPA (2003). Derechos humanos y trata de personas en la Americas. S´rie Seminários y Conferencias 33. Santiago doe Chile.

CNPD (2001) *.Imigrações Internacionais. Contribuições para políticas*. Brasília.

GCIM/UM (2005) Summary of the Report of the Global Commission on International Migration. UN/POP/MIG-FCM/2005/09 .

Klagsbrunn, Victor Hugo (1996). Globalização da economia mundial e mercado de trabalho: a emigração de brasileiros para os Estados Unidos e para o Japão. In Patarra, Neide Lopes, *Migrações Internacionais Herança XX Agenda XXI*, op. cit.

Marmora, L. & Calcagno, A.E. (1993), *Migración internacional y desarrollo sostenible y compartido. Taller de migración internacional y Desarrollo humano sostenible. Buenos Aires. Argentina. 8-10 de nov.*

Marmora, Lelio (1983). *Migraciones Internacionales con Fines de Empleo. Documento de trabajo: La Amnistía Migratoria de 1974 en Argentina*. OIT.

Marmora, Lelio (1997) . *Las Políticas de Migraciones Internacionales. Madrid-Buenos Aires*, OIM, Alianza Editorial, 1997

Marmora, Lelio (2006) *Conclusões e Plenaria Final*. Congresso Argentino de Estudos sobre Migração Internacional, Políticas Migratórias y de Asilo. Buenos Aires.

Martes, Ana Cristina Braga .C.B.(1999). *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachussets*, São Paulo, ed. Paz e Terra.

Martinez Pizarro, J. (2000). *Migración Internacional y Desarrollo en la Era de la Globalización y la Integración: Temas para una Agenda Regional CEPAL/CELADE*. Santiago de Chile.

Martins Pizarro, J.S. (1998). *O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio – Desafios Pastorais*. Editora Vozes, 1998.

Massey, Douglas et ali.(1993) *Theories of International Migration: A Review and Appraisal. Population and Development Review*. Vol. 19 number 3. spt. 1993 . pp. 431-466

Massey, Douglas et ali.(1993). *Worlds in Motion: understanding international migration at the end of the millenium*. Clarendon, Press Oxford.

Oliveira, Antonio Tadeu de et al. (1996). Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80. In Patarra, Neide Lopes (coord.)*Migrações Internacionais...*, op. Cit, p.239-258

Patarra, Neide Lopes (2006) *Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas*. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo.

Patarra, Neide Lopes (2006) Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Revista Estudos Avançados* vol. 20 – número 57, p. 7-23

Patarra, Neide Lopes (1996) (coord) .*Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. FNUAP, 1996

Patarra, Neide Lopes (1997) (coord). *Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI*, FNUAP, 1997

Pelegrino, A . (2000) Migrantes Latinoamericanos; síntesis histórica y tendencias recientes. Montevideo, Universidad de La República/CEPAL-CELADE, 2000.

Pellegrino, A .(1993) *La movilidad internacional de fuerza de trabajo calificada entre países de América Latina y hacia a los Estados Unidos*. *Notas de Población* 57, CELADE/CEPAL, 1993.

Sales,Tereza (1995). O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações Internacionais. In: Patarra, N.L. (Coord.) *Emigração e imigração internacionais. no Brasil Contemporâneo*. FNUAP.

Sales,Tereza (1999). *Brasileiros longe de Casa*. Cortez Editora, São Paulo

Sasaki, Elisa M. (1998). *O Jogo da Diferença: a experiência identitária no movimento de kassegui*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. IFCH/UNICAMP.

Sayad, Abdelmaleck( 1998) *A Imigração*. Edusp. São Paulo

Serviço Pastoral dos Migrantes (org.).(1998). *O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio – Desafios Pastorais*. Editora Vozes.

Skeldon, Ronald. Migration and poverty: ambivalent relationships. *Asia-Pacific Population Journal*, Bangkok, 17 (3), 2002, pp 67-82

Villa, Miguel y Martinez Pizarro, J.(2000). *Tendencias e Patrones de la Migración Internacional en América Latina y Caribe*. Simpósio sobre Migraciones Internacionales en las Américas. OIM/CEPAI-CELADE/FNUAP, Costa Rica.

Zlotnik, H.(1997). Population Growth and International Migration. Conference on International Migration at Century's End: trends and issues. Barcelona.